

## ***A relação sociedade-natureza na área de proteção ambiental Ilha do Combú, Belém, Pará, Brasil***

A relação sociedade-natureza está inserida em um contexto histórico onde a existência e reprodução dos modos de vida dos seres humanos sempre estiveram ligadas diretamente aos recursos naturais. As comunidades ribeirinhas modulam uma relação sociedade-natureza que passa por fatores econômicos de cada indivíduo. O objetivo desse capítulo é analisar a relação da sociedade-natureza na Área de Proteção Ambiental Ilha do Combú. A metodologia aplicada foi a pesquisa de campo com entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados. E para a análise das informações coletadas foi aplicado a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats). Após 30 anos dos primeiros estudos (década de 1990) verificou-se que a relação sociedade-natureza existente na Ilha do Combú ainda se apresenta de forma sustentável, no que diz respeito ao uso e comercialização de Produtos Florestais Não-madeireiros (PFNM). Porém, na década de 90, as famílias utilizavam a economia extrativista apenas para sua subsistência, e com o passar dos anos houve uma intensificação desse extrativismo, especificamente do açaieiro, devido ao aumento do mercado nacional e internacional. Isso tornou os ribeirinhos atualmente dependentes desse produto, com a intensificação do manejo, e a consequente perda de interesse na exploração de outros PFNMs, que foram explorados na década de 90. A intensificação no manejo do açaí pode resultar em uma retirada danosa de espécies nativas, e trazer problemas irreversíveis para o ecossistema, com uma dependência perigosa de dois únicos PFNM (açaí e cacau).

**Palavras-chave:** Sociedade-natureza; Ribeirinho; Estuário.

## ***The society-nature relationship in the area of environmental protection Combú Island, Belém, Pará, Brazil***

The society-nature relationship is inserted in a historical context where the existence and reproduction of the ways of life of human beings have always been directly linked to natural resources. Riverside communities modulate a society-nature relationship that passes through economic factors of each individual. The objective of this chapter is to analyze the relationship between society and nature in the Ilha do Combú Environmental Protection Area. The methodology applied was field research with interviews and application of semi-structured questionnaires. And for the analysis of the information collected with the SWOT analysis (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats). After 30 years of the first studies (1990s) it was found that the existing society-nature relationship on Combú Island still presents itself in a sustainable way, with regard to the use and commercialization of Non-Timber Forest Products (PFNM). However, in the 90s, families used the extractive economy only for their subsistence, and over the years there was an intensification of this extractivism, specifically of the açai palm, due to the increase in the national and international market. This has made the riverside people currently dependent on this product, with the intensification of management, and the consequent loss of interest in the exploitation of other NTFPs, which were exploited in the 90's. damage to native species, and bring irreversible problems to the ecosystem, with a dangerous dependence on only two NTFPs (açai and cocoa).


**Keywords:** Society-nature; Riverside; Estuary.


Topic: **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Meio Ambiente**

Received: **12/05/2023**

Approved: **14/07/2023**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

**Thaylana Pires do Nascimento**   
Universidade de São Paulo, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/6586232970646873>  
<http://orcid.org/0000-0003-2242-9062>  
[thaylana.tata@gmail.com](mailto:thaylana.tata@gmail.com)

**Jose Henrique Cattanio**   
Universidade Federal do Pará, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1518769773387350>  
<http://orcid.org/0000-0001-8335-9593>  
[cattanio@ufpa.br](mailto:cattanio@ufpa.br)



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2023.003.0006

### **Referencing this:**

NASCIMENTO, T. P.; CATTANIO, J. H.. A relação sociedade-natureza na área de proteção ambiental Ilha do Combú, Belém, Pará, Brasil.

**Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.14, n.3, p.62-81, 2023. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2023.003.0006>

## INTRODUÇÃO

A floresta amazônica é a maior floresta tropical e uma das mais importantes do planeta, abrangendo apenas na parte brasileira cerca de 5,4 milhões de km<sup>2</sup>. Dentre os ecossistemas existentes neste bioma ocorrem às planícies de inundação (floresta ombrófila densa aluvial conhecida como floresta de várzea do estuário), influenciadas pelos movimentos da maré, e que abrangem uma área entre 25.000 a 30.000 km<sup>2</sup> do estuário amazônico (KALAMANDEEN et al., 2018; RIBEIRO et al., 2018; WITTMANN et al., 2010).

No território amazônico habitam comunidades tradicionais<sup>1</sup>, como os indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu e os ribeirinhos que utilizam dos serviços ecossistêmicos dessa região, bem como seus recursos naturais para sua sobrevivência (SILVA, 1996; BRASIL, 2000; RIBEIRO et al., 2018).

Essa relação está inserida em um contexto histórico entre sociedade-natureza, o qual a existência e reprodução dos modos de vida dos seres humanos sempre estiveram ligadas diretamente à natureza e com seus recursos naturais (SILVA, 1996).

A dinâmica de ocupação da Amazônia perpassa por relações constituídas a partir da construção de uma interrelação sociedade-natureza mostrando uma dependência ao uso dos recursos naturais (OLIVEIRA et al., 2016). A histórica relação é marcada por diferentes padrões que foram moldando a paisagem natural ao longo do tempo, sendo possível identificar algumas características dessas relações a partir de uma pesquisa desenvolvida por Gomes (2018). Este autor descreve a visão e observações de pesquisadores/viajantes naturalistas pela Amazônia, desde o século XVI ao século XX, as quais revelaram as várias mudanças existentes na relação sociedade-natureza, empregada através dos ciclos econômicos regionais, como a extração das drogas do sertão, cacau, a exploração de tartarugas e a extração da borracha.

Nesse sentido, é necessário entender que a natureza está relacionada além das paisagens naturais, como uma parcela do meio ambiente a qual “se encontra na escala do homem”. Ela está muito além do seu sentido de paisagem natural como os rios, florestas e animais, assim como as próprias dinâmicas de formação e transformação das paisagens caracterizadas pela relação sociedade e natureza. Ou seja, a relação sociedade-natureza, nada mais é do que a interação que se tem entre o ser humano e a natureza, bem como as transformações contidas em decorrência da interferência humana na paisagem e no ecossistema natural, até os recursos oferecidos pela natureza a toda sociedade, definição essa que será utilizada neste trabalho (ALBUQUERQUE, 2007).

As comunidades ribeirinhas modulam uma relação sociedade-natureza existente nesses espaços de várzeas que permeia sua estrutura organizacional familiar, a qual passa por fatores econômicos de cada indivíduo. Diante disso, a valoração dos recursos naturais torna-se importante para essas comunidades, configurando-se em usos múltiplos, “via de circulação, fonte de recursos, espaço de uso doméstico, lugar de lazer e de manifestações lúdicas e também referência para representações culturais, como lendas, mitos,

---

<sup>1</sup> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

etc.” (TRINDADE JÚNIOR et al., 2020).

Dentre as várias representações existentes nesses espaços ribeirinhos, o uso dos recursos naturais ganha expressivo lugar de destaque, pois existe uma relação de maneira significativa com a ocupação desses territórios, estando ligado diretamente com as características do ecossistema nestes locais (PEREIRA et al., 2010).

Vale ressaltar que as populações ribeirinhas, residentes nas áreas de várzeas da Amazônia, têm a pesca e a extração de Produtos Florestais não Madeireiros (PFNM), como é o caso do fruto do açaí, uma de suas principais fontes de renda. Esse extrativismo ainda existe nessas comunidades com características particulares, garantindo a subsistência dessas populações (GOMES et al., 2012; TRINDADE JÚNIOR et al., 2020).

Contudo, as políticas públicas implementadas na região amazônica ao longo dos anos, pouco levaram em consideração o modo de vida tradicional que foi historicamente estabelecido. Do mesmo modo, a Amazônia não pode ser vista como algo isolado, pois faz parte de uma dimensão que envolve não somente os espaços naturais, mas também constituições políticas, sociais e culturais que se configuram na relação entre sociedade-natureza (LIRA; CHAVES, 2016). Entende-se aqui que sustentabilidade são os modos de relação que se tem entre sociedade-natureza a qual é construída ao longo de décadas, ou seja, a sustentabilidade se denomina pelo uso consciente e racional dos recursos naturais, sem comprometer a integridade deles.

Com base no que foi apresentado, foram elaboradas as seguintes questões: em relação ao trabalho publicado por Anderson et al. (1992) o que mudou na relação sociedade-natureza na APA Ilha do Combú até os dias de hoje? Após 30 anos, como os ribeirinhos utilizam os PFNM para sustento de suas famílias?

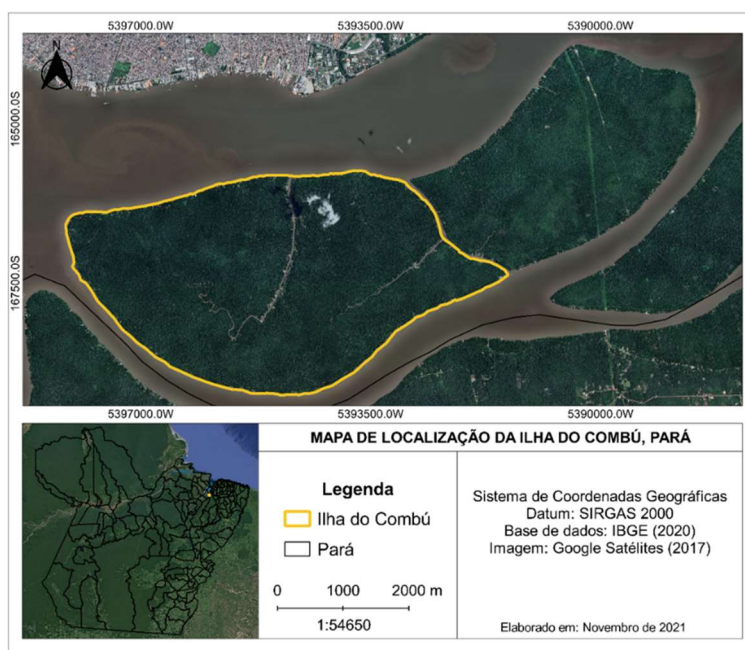
Esse trabalho tem como objetivo apresentar uma análise da relação sociedade-natureza de uma comunidade ribeirinha situada na Área de Proteção Ambiental Ilha do Combú, onde se descreve de que maneira as relações familiares e os fatores econômicos estão vinculados com as relações construídas ao longo dos anos com o lugar, como refletem na estrutura familiar, e como se organizam de maneira comparativa a pesquisa de Anderson et al. (1992).

Levando em consideração os aspectos socioeconômicos envolvendo os PFNM, em especial a produção do açaí na APA Ilha do Combú, justifica-se essa pesquisa com a importância de estudar a sustentabilidade socioambiental frente às estratégias econômicas utilizadas por populações extrativistas na Amazônia. Nesse contexto, entender as transformações contidas na relação sociedade e natureza no contexto da APA Ilha do Combú a partir da ótica espacial se faz necessário, uma vez, que essas relações contidas são capazes de direcionar para melhores práticas de gerenciamento e uso da terra relacionando às estratégias que visam uma economia de valorização sustentável.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

### **Localização da Área de Estudo**

Esse trabalho foi realizado na Área de Proteção Ambiental Ilha do Combú, localizada em uma região do estuário amazônico, distante 1,5 km da cidade de Belém, a qual está situada à margem esquerda do rio Guamá (Figura 1). Com uma área de 15,972 km<sup>2</sup> é a quarta maior ilha do município, e foi reconhecida como Área de Proteção Ambiental<sup>2</sup> (APA), através da Lei Estadual n° 6.083 de 13 de novembro de 1997 (BRASIL, 1997; CIRILO et al., 2016). Destaca-se aqui que uma das normatizações da lei de criação da APA Ilha do Combú proíbe ou limita a implantação e funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores que venham causar qualquer dano à fauna e à flora local.



**Figura 1:** Localização geográfica da APA Ilha do Combú (contorno em amarelo), ao sul da cidade de Belém (PA).

Segundos dados da SEMAS (2010), quatro comunidades compõe a ilha do Combú: Igarapé Combú, Igarapé Periquitaquara, Furo do São Benedito e Beira do Rio. A população da Ilha possui aproximadamente 2.500 habitantes, tendo sua economia baseada na pesca e extração dos recursos florestais, principalmente açai (*Euterpe oleracea* Mart.) e cacau (*Theobroma cacao* L.), além de desenvolver atividades voltadas ao turismo na região. O ecossistema da ilha é típico de floresta ombrófila densa aluvial, conhecida regionalmente por “floresta de várzea”, pois apresenta inundações influenciadas diretamente pelas marés do estuário do rio Guamá (RIBEIRO, 2010). Geralmente os níveis de água mais elevados na região ocorrem no período da estação chuvosa, que acontece entre os meses de janeiro a junho (ANDERSON et al., 1992). O fluxo das marés eleva o nível da água entre 2 e 4m nas áreas de várzea, a qual a amplitude depende da estação do ano (seca ou chuvosa, respectivamente) e fase da Lua.

Devido às limitações ambientais, como o solo extremamente argiloso (VIEIRA et al., 1971) e a movimentação diária da maré, a várzea do estuário engloba uma menor riqueza de espécies florestais em comparação à terra firme, embora contemple alguns elementos florísticos restritos e característicos

<sup>2</sup> As Áreas de Proteção Ambiental estão inseridas no grupo de Unidades de Conservação de uso sustentável e é definida segundo o Art. 15 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 como uma área extensa que permite certo grau de ocupação humana, “dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e que tem como objetivo básico proteger a biodiversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000).

(CATTANIO et al., 2002). O grau de resiliência é baixo e, devido à importância ecológica e estrutural que as plantas desempenham para a manutenção desse ecossistema, a remoção da cobertura vegetal pode simplesmente levar a perda do habitat (ALMEIDA et al., 2004). A APA Ilha do Combú configura-se em uma área de floresta natural composta por cipós, arbustos, árvores, e espécies de sub-bosque, além disso, possui uma variada composição florística onde se inclui florestas primárias e secundárias (JARDIM et al., 2001; PANTOJA et al., 2019).

### Coleta e Análise dos dados

Para entender a relação sociedade-natureza, bem como a estrutura familiar dos moradores da Ilha do Combú e de que maneira está influenciada pelos fatores econômicos, foram utilizadas pesquisa de campo a partir de entrevistas com aplicação de questionários semiestruturados (Apêndice I) onde buscou-se registrar os principais PFNM utilizados para o consumo familiar e a comercialização, além disso, descrever as percepções dessas famílias em relação a mudança da paisagem ao longo dos anos. Esses questionários foram aplicados a 10 famílias da Ilha do Combú. Optou-se pela descrição dos entrevistados fazendo menção ao número da entrevista, podendo assim preservar a identidade do participante.

As informações coletadas nesse trabalho foram avaliadas através da análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*). Este tipo de análise foi criado na década de 1960 por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, que em português significa força, fraqueza (ambiente interno), oportunidade e ameaça (ambiente externo). A análise SWOT trata-se de um instrumento que ajuda a identificar e entender os principais pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças de algum tipo de projeto ou organização, e consiste na identificação dos fatores internos e externos que vão dar apoio ou tornar dificultoso o alcance de tais objetivos estipulados por cada seguimento organizacional (HOFRICHTER, 2021).

Fernandes et al. (2015) descrevem que a análise SWOT é de fundamental importância na vida de uma organização, uma vez que permite a avaliação e análise de cenários. Nesse sentido, entende-se nesse capítulo como organização os modos de relação que se tem entre sociedade-natureza na APA Ilha do Combú. A análise SWOT foi utilizada para que pudessem ser avaliadas a relação sociedade-natureza presente entre as famílias entrevistadas. Para a construção da matriz SWOT empregou-se como Forças e Fraquezas o que depende da comunidade para que essa relação seja sustentável ou não sustentável, ou seja, o ambiente interno, já as Oportunidades e Ameaças correspondem aos fatores externos, aquilo que não está sob controle dos ribeirinhos (Figura 2).

Para a análise dos dados, se fez o levantamento das entrevistas abordando alguns pontos principais considerados como Forças e Oportunidades, os quais demonstram fatores positivos nos relatos dos entrevistados que devem ser levados em consideração na construção da relação sociedade-natureza estabelecida entre os ribeirinhos. Os pontos Fraqueza e Ameaça foram destacados para que pudessem ser identificados os fatores negativos nas falas dos participantes, podendo assim ressaltar o que não está funcionando de maneira efetiva na relação da comunidade com a natureza.

Como resultado do levantamento dos dados a partir da análise SWOT, eles foram descritos em

sessões que discutem cada fator aqui proposto, demonstrando a percepção dos ribeirinhos e construindo um diálogo que possibilite resultados que demonstrem as principais demandas presentes na APA Ilha do Combú, além de comparar com os resultados apresentados por Anderson et al. (1992).



**Figura 2:** Matriz do *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* (SWOT) para construção de indicadores da relação sociedade-natureza na APA Ilha do Combú. Fonte: Adaptado de Pimentel et al. (2021).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da elaboração da matriz SWOT com as perguntas direcionadoras e os fatores observados na comunidade durante a realização das entrevistas (Quadro 1) e seus perspectivas cruzamentos (Quadro 2 e 3), é perceptível que a relação sociedade-natureza tem sofrido diversas transformações, esteja ela relacionada aos fatores internos que seriam as próprias demandas das sociedades com o ambiente em que vivem, e os fatores externos, demandas de outra natureza ou outras comunidades conduzindo influencias ou não para essa relação aqui exposta.

**Quadro 1:** Matriz SWOT analisando os itens incluídos nas variáveis: Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça.

| PERGUNTA  | FORÇA<br>O que tem funcionado na relação da comunidade com a natureza?   | FRAQUEZA<br>O que não tem funcionado na relação da comunidade com a natureza?  |
|-----------|--|--|
| RESPOSTAS | F1- Produtividade na extração do fruto do açaí;<br>F2- Auto rendimento da época da safra;<br>F3- Cuidado com o ambiente natural;<br>F4- Uso dos recursos para sua subsistência;<br>F5- Manejo não intensivo e de maneira adequada;<br>F6- Mão de obra familiar;<br>F7- Geração de renda e alimentação na safra do açaí para moradores que não possui o cultivo da palmeira em seu terreno. | Fza 1- Ilha do Combú como Área de Proteção Ambiental;<br>Fza 2- A implantação de Políticas publicas<br>Fza 3- O controle de imigrantes na ilha<br>Fza 4- A prevenção sobre os processos erosivos<br>Fza 5- Os projetos de redução de resíduos sólidos<br>Fza 6- O controle sobre a poluição sonora |
| PERGUNTA  | OPORTUNIDADE<br>Quais as principais percepções ao longo dos anos que podem fazer essa relação melhorar?  | AMEAÇA<br>Quais as principais pressões que podem impedir uma relação sustentável com a natureza?   |
| RESPOSTAS | O 1- Fiscalização efetiva pelos órgãos de governo;<br>O 2- Implantação de outro Posto de Saúde;<br>O 3 - Ações de educação ambiental voltadas para os moradores e turistas;<br>O 4 - Implantação de projetos de manejo do açaí consorciado com outros PFM para que não se tenha a sobrecarga no período da safra;  | A 1- Venda dos terrenos para imigrantes;<br>A 2- Estabelecimento de mais restaurantes;<br>A 3- Fluxo turístico desordenado;<br>A 4- Falta na fiscalização ambiental;   |

**Quadro 2:** Cruzamento entre as variáveis força e fraqueza da APA Ilha do Combú.

| FRAQUEZA |   | Fza 1- Ilha do Combú como Área de Proteção Ambiental; | Fza 2- A implantação de Políticas públicas; | Fza 3- O controle de imigrantes na ilha; | Fza 4- A prevenção sobre os processos erosivos; | Fza 5- Os projetos de redução de resíduos sólidos; | Fza 6- O controle sobre a poluição sonora; |
|----------|---|---|---|--|---|--|--|
| FORÇA    | ATIVIDADES                                      |   |   |  |   |  |  |
|          | F1- Produtividade na extração do fruto do açaí; | X   |   | X  | X   |  |  |
|          | F2- Auto rendimento da época da safra;          | X   |   |  | X   |  |  |

|   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|
| F3- Cuidado com o ambiente natural;   | X | X | X | X | X | X |
| F4- Uso dos recursos para sua subsistência;   |   | X | X | X | X |   |
| F5- Manejo não intensivo e de maneira adequada;   |   | X |   |   |   |   |
| F6- Mão de obra familiar;   |   |   | X |   |   |   |
| F7- Geração de renda e alimentação na safra do açaí para moradores que não possui o cultivo da palmeira em seu terreno. | X | X | X |   |   |   |

**Quadro 3:** Cruzamento entre as variáveis oportunidade e ameaça da APA Ilha do Combú.

| AMEAÇA       |  |  |   |                                   |                                       |
|--------------|--|--|---|-----------------------------------|---------------------------------------|
|              | ATIVIDADES   | A 1- Venda dos terrenos para imigrantes; | A 2 - Estabelecimento de mais restaurantes; | A 3- Fluxo turístico desordenado; | A 4- Falta na fiscalização ambiental; |
| OPORTUNIDADE | O1- Fiscalização efetiva pelos órgãos de governo;  | X  | X   | X                                 | X                                     |
|              | O 2- Implantação de outro Posto de Saúde;  |  |   |                                   | X                                     |
|              | O 3 - Ações de educação ambiental voltadas para os moradores e turistas;   | X  | X   | X                                 | X                                     |
|              | O 4 - Implantação de projetos de manejo do açaí consorciado com outros PFM para que não se tenha a sobrecarga no período da safra; |  |   |                                   | X                                     |

Noventa e nove por cento dos ribeirinhos estão ligados ativamente com atividade econômica, dando destaque para o extrativismo do açaí, que é a principal atividade econômica desde os anos de 1989 (ANDERSON et al., 1992). Segundo Silva et al. (2020) o estabelecimento das primeiras famílias no Combú se deu pelo extrativismo do açaí na região, onde a retirada do fruto também se dava pela mão de obra masculina da família, no entanto, a debulha e limpeza do fruto eram realizadas pela mão de obra feminina e de crianças. Esses mesmos autores também afirmam que “as mulheres extrativistas participam da cadeia produtiva do açaí, com o desbaste de estipes, da retirada dos cachos, além da debulha dos frutos”. Anderson et al. (1992) indicaram anteriormente que entre as famílias estudadas, os homens eram os principais responsáveis pela coleta e venda do açaí, enquanto as mulheres eram responsáveis pela manutenção da casa e do terreiro. No entanto, os autores também relatam que essa divisão não é uma regra entre as famílias e tendem a desaparecer onde existe a predominância do trabalho feminino, e que em todos os domicílios onde aplicaram os questionários existia a participação de ambos os sexos no processamento dos PFM, como o açaí e o cacau.

Costa et al. (2015) ressaltam que embora a APA Ilha do Combú, diferentemente de outros espaços de várzeas mais isolados na Amazônia, possua proximidade com a Capital Belém, ainda permanece com características de comunidades tradicionais, a exemplo de sua forma de organização social, ocupação territorial e uso dos recursos naturais com base nas formas tradicionais de relação com o espaço.

Documentou-se agora que do total de famílias entrevistadas, a estrutura familiar ainda está inserida no contexto produtivo, em que o homem é o principal responsável pela coleta e venda do fruto do açaí. As mulheres continuam sendo responsáveis pelo cuidado doméstico e parte da mão de obra da cadeia produtiva, tais como debulha (retirada dos frutos do cacho) e a “catação” (retirada dos frutos que não estão maduros ou em condições boas para comercialização) dos frutos. Quarenta por cento das mulheres também participam da limpeza do açazal, que é realizada na entressafra, e consiste em eliminar alguns estipes, ou

seja, aqueles que são muito altos, finos, com possíveis defeitos, ou que possuem uma baixa produtividade. Dos estipes retirados pela limpeza (manejo) são aproveitados o palmito para comercialização.

Nessa perspectiva, Mourão et al. (2020) evidencia que as formas de trabalho coletivo entre as populações ribeirinhas acentuam-se com a sua relação com o espaço o qual estão inseridos e os recursos naturais utilizados para sua sobrevivência, dessa forma, o trabalho coletivo está centrado no núcleo familiar. No entanto, os resultados apontam que em algumas famílias a configuração familiar se dá pela divisão da renda, ou seja, mulheres que são aposentadas (30%), ou que desenvolvem atividades econômicas fora do ceio familiar (20%), como empregada em restaurantes que se estabeleceram na ilha, professoras e serventes na escola no igarapé do Combú, contribuindo com a renda familiar de suas residências. Nestes casos, ela e o esposo são responsáveis diretos pelos fatores econômicos do lar, onde o homem realiza trabalhos com o manejo, coleta e comercialização do açaí.

Desta forma atualmente existe a predominância de dois tipos de estrutura familiar na Ilha do Combú: a primeira está voltada exclusivamente para o extrativismo do fruto do açaí (40%), ou seja, famílias que sua principal fonte de renda é a extração e comercialização do fruto. Nesse processo a mão de obra principal é a masculina, participando desde a extração dos frutos até a destinação final que envolve a venda. Em tal caso, a mão de obra feminina torna-se um fator secundário na configuração familiar, fazendo parte apenas do processo da cadeia produtiva. O segundo tipo de estrutura familiar está relacionado com a fonte de renda variada (60%), ou seja, não está somente ligada ao extrativismo do açaí. Famílias que utilizam de outras fontes de renda, tais como comercialização de outros PFM como a extração do óleo da andiroba (*Carapa guianensis* Aublet), comercialização do cacau, trabalhos em restaurantes, e aluguel de lanchas, configuração essa que envolve o trabalho feminino e o masculino em todas as categorias como responsáveis diretos pela renda familiar.

### **Força: O que tem funcionado na relação sociedade-natureza na APA Ilha do Combú?**

Os resultados mostraram que 100% dos entrevistados têm o extrativismo do açaí como sua principal fonte de renda, no entanto, alguns deles também utilizam de fontes de rendas secundárias, tais como restaurantes, transporte de lanchas, colheita e venda do cacau, como é destacado nos trechos de algumas entrevistas abaixo:

Entrevista 01: A principal atividade econômica é a produção do Açaí, também inclui o palmito e o restaurante e o transporte de barco;

Entrevista 02: A principal atividade utilizada como fonte de renda é o açaí, restaurante e o transporte de barco, o açaí ele também é desenvolvido para consumo próprio;

Entrevista 03: Trabalho com açaí e cacau e tem o restaurante, e é o açaí que dá mais dinheiro. Além da venda ele também é consumido;

Entrevista 04: a importância do açaí é que tá bom de vender, a exportação tá grande e a gente tem um lucro, porque o açaí hoje em dia tem o preço alto, uma basqueta tá 250 reais, então é um preço bom;

Entrevista 05: eu tiro açaí tanto para vender em grão quanto para bater e vender batido, e compro açaí também;

Entrevista 06: O açaí é minha principal fonte de renda.



Gomes et al. (2012) em sua pesquisa na Ilha do Combú destacaram que a predominância do trabalho extrativista do açaí nessa comunidade configura-se em um sistema de valores, e está inserido nesse desenho que podemos apontar como a estrutura familiar predominante em relação ao extrativismo do açaí, onde se tem o apoio das práticas de um sistema de manejo tradicional que se estabelece através de um modelo de relação sociedade-natureza.

Embora a economia resultante do extrativismo do açaí seja predominante em todas as famílias aqui entrevistadas, existem alternativas que possibilitam a geração de renda, anulando a exclusividade do extrativismo como única alternativa de rendimento para as famílias. Ou seja, 80% dos entrevistados alegam receber algum tipo de auxílio do governo, como aposentadoria e bolsa família, utilizado para complementar a renda familiar, enquanto 20% não recebem nenhum tipo de auxílio governamental. Desse total, 30% são donos de restaurantes, apresentando o mesmo como faturamento mensal associado com a economia dos PFMN. Outras atividades respondem com 20% dos que tem outra fonte de renda, como roçagem em plantios de açaí de terceiros, aluguel de lanchas, empregos na escola ou em restaurantes da Ilha.

É importante destacar que os restaurantes se apresentam como uma fonte de renda relativamente nova na vida dos ribeirinhos da APA Ilha do Combú, alguns utilizam de seus terrenos para a construção das estruturas e estabelecimento dos mesmos, gerando renda para a família e também possibilitando empregabilidade para pessoas das comunidades locais. No entanto, alguns problemas de natureza socioambiental associam-se a essa “intensa proliferação de estabelecimentos” na Ilha, principalmente no Igarapé Combú, questão essa que será discutida mais à frente.

É possível observar que apesar da existência de outras fontes de renda que aparecerem entre os fatores econômicos existentes na APA Ilha do Combú, em relação ao que foi exposto anteriormente por Anderson et al. (1992), o extrativismo do açaí ainda é muito forte e predominante, assim como é apontado por Ferreira et al. (2019) ao descreverem que dentre o extrativismo do PFMN, a produção do açaí é a que apresenta maior importância para os ribeirinhos da APA Ilha do Combú, pois está voltado para a venda e também para o consumo das próprias famílias.

Embora a produção do fruto do açaí apresente períodos de baixo ou nenhum rendimento para as famílias no período da entressafra, a importância empregada ao fruto remete-se, principalmente, a representação que o mesmo traz ao longo das gerações para os ribeirinhos da APA Ilha do Combú, tornando-se parte principal de sua vivência, como é evidenciado nos relatos dos entrevistados:

Entrevista 01: É muito importante porque a gente tira uma renda muito boa, só a entressafra que é ruim, 6 meses aí;

Entrevista 02: Pra mim é importante porque ajuda na alimentação, a gente consome bastante;

Entrevista 03: a importância do açaí é que tá bom de vender, a exportação está grande e a gente tem um lucro;

Entrevista 04: Olha, que primeiro que se tiver só açaí com a farinha eu não me incomodo com a comida;

Entrevista 05: a importância é que pelo menos os meus filhos eu criei tudo assim;

Entrevista 06: a importância dele é que ele gera uma renda muito boa pra gente, é um meio

de sobrevivência muito bom, quando chega a safra do açaí você diz a quando chegar a safra do açaí eu vou concertar meu barco, vou consertar minha casa, vou fazer isso e aquilo, as vezes nem dá pra tudo isso, mas pra várias coisas dão pra gente fazer;

Entrevista 07: A gente foi criado através do açaí, então foi isso que ajudou na nossa criação, era esse dinheiro que pagava nossa ida para a escola, nosso lanche;

Entrevista 09: sem o açaí na nossa mesa não é nada.

Nesse sentido, Gomes et al. (2012) apontam que na APA Ilha do Combú a produção do açaí é marcada por dois momentos, os quais estão ligados ao consumo e comercialização: “o autoconsumo, por uma parte da população ribeirinha que na maioria das vezes são os próprios trabalhadores, e a comercialização que visa à geração de renda para garantir, em parte, a sua reprodução social”.

Anderson et al. (1992) identificaram que a economia do açaí na APA Ilha do Combú é extremamente sazonal, resultando em uma variação de produtividade e de preços como é apontado por Ferreira et al. (2019), quando relatam em seu trabalho que a variação do preço da basqueta<sup>3</sup> com açaí varia de acordo com a época do ano. Por exemplo, os entrevistados na presente pesquisa expõem que sua maior rentabilidade econômica envolvendo o açaí corresponde ao que eles chamam de período da safra, o qual geralmente compreende os meses do verão (estação com menos chuva), de junho a outubro, podendo chegar até meados de novembro. A produtividade da economia do açaí funciona de maneira rentável para os extrativistas na época da safra, onde existe uma alta produção do fruto e com mais disponibilidades de vendas, já o período que é considerado a entressafra os quais correspondem aos meses do inverno (estação com mais chuva), de dezembro a abril a produção diminui consideravelmente.

Os entrevistados demonstraram uma grande importância do fruto do açaí na sua vida e de seus familiares, com isso o cuidado com o ambiente natural é indispensável nesse processo. Segundo Ferreira et al. (2019) o manejo do açaí na APA Ilha do Combú se dá de maneira manual, onde é extraído sem o auxílio de quaisquer tipos de produto químico, e conseqüentemente uma reduzida degradação do solo e da água, configurando-se em uma boa relação entre sociedade-natureza.

Essa prática de manejo sempre esteve presente entre os ribeirinhos, conhecimento esse que foi passando de pai para filho ao longo dos anos, no entanto, também é demonstrado que por consequência desse manejo ser realizado de forma familiar, existem momentos em que ele se tornou mais intensivo, quando uma única família com um número grande de pessoas faz uso de uma única área:

Entrevista 03: Antes chegava à safra todo mundo tirava porque não tinha o manejo, o manejo era tirar o palmito né, então derruba as árvores grandes e fica as baixas só, então com o manejo a produção diminui mais em comparação o que era antes;

Entrevista 10: No tempo do Papai a gente era muita gente apanhando no mato todo porque o terreno era só um, aí tipo eu ia subia numa árvore e estava parol (são cachos em que os frutos não estão todos maduros) aí eu deixava e vinha embora, aí meu irmão vinha atrás estava parol, mas dava de aproveitar umas sementes aí ele ia tirar, aí era assim, como trabalhava todo mundo junto um deixava e o outro já vinha e colhia, estragava um bocado, aí agora que está separado eu deixo passo 15 dias eu volto e ainda está lá eu vou colher e ainda tá preto.

Diante do que foi descrito acima pelos entrevistados percebe-se uma maior produtividade no manejo

<sup>3</sup> Caixa de polietileno de alta resistência, com laterais, fundo e alças de características vazadas, utilizada para o armazenamento e transporte do fruto do açaí.

do açaí, isso se dá, também pelo fato dos donos dos terrenos terem dividido os mesmos com seus filhos, ou seja, os filhos cresceram, casaram e hoje são donos de seus próprios terrenos, com suas próprias produções de açaí vindas dessa divisão. Isto significa que os filhos já não participam mais da produção de uma única área, cada um possui seu próprio espaço de produção. Com isto dá para perceber a permanência de grande parte da família na área, onde pouco se vê de emigração. Pressupõe-se então que para manter a produção em um terreno menor, e que dê sustentabilidade a nova família, faz-se necessário o aumento da produtividade da área. Uma das ferramentas utilizadas por alguns dos ribeirinhos é adensar o plantio de açaí e diminuir a cobertura de copa por árvores.

E hoje, embora a demanda pelo fruto esteja cada vez maior, e ele seja o produto extrativista mais importante para o mercado paraense, como é notado por Siqueira et al. (2013), o manejo ainda é observado como de baixa intensidade, ocasionando uma relação positiva com a natureza, além disso, quando ocorrem maiores demandas do trabalho, a mão de obra familiar se expande, como já foi registrado por Anderson et al. (1992) e hoje ainda é uma realidade presente na comunidade:

Entrevista 01: Eu e contrato mais duas pessoas;

Entrevista 02: eu só colho o cacau, e o açaí eu pago para tirar;

Entrevista 03: pago uma pessoa;

Entrevista 07: Agora tem um rapaz que trabalha pra mim com açaí porque eu não me garanto mais;

Entrevista 04: Só eu, mas quando eu não dou conta contrato uma pessoa e pago uns 40 reais;

Entrevista 08: a gente chama uma pessoa pra ajudar na colheita aí a gente divide o que tira com ele;

Entrevista 10: Tem um menino que ajuda aí nós damos metade pra ele.

Dentro desse contexto, as famílias contratam mão de obra externa para ajudar na extração dos frutos do açaizeiro, abrindo oportunidade de renda para outros ribeirinhos, pois durante a colheita esses trabalhadores contratados são pagos por diárias que variam de R\$ 30,00 a R\$ 40,00, ou recebem 50% do fruto que é coletado.

No entanto, alguns trabalhos como de Araújo et al. (2015), Tagoro et al. (2019), Carvalho et al. (2021), e Rodrigues et al. (2021) destacaram que as altas demandas de mercado pelo fruto do açaí e com o aumento dos espaços de produção, algumas áreas no estuário amazônico como Abaetetuba e Cametá no estado do Pará começaram a adotar práticas de manejo intensivo. Esta prática de manejo consiste em eliminar toda a vegetação nativa e deixar somente a palmeira do açaí, ocasionando a diminuição da biodiversidade. Além disso, os mesmos autores revelam que o adensamento do açaizal pode fazer com que apareçam pragas que prejudiquem toda a vegetação causando a diminuição da produtividade do açaí, além de contribuir para as mudanças climáticas que estão em curso.

Contudo, como foi mencionado anteriormente, não foi encontrado nenhuma literatura que apontasse a introdução do manejo intensivo do açaí atualmente na APA Ilha do Combú, mas é perceptível o aumento da produção e também a retirada de espécies nativas para o plantio do açaí, prática que se não houver controle e fiscalização irá caminhar para a intensificação do manejo, trazendo problemas de natureza

socioambiental para os ribeirinhos e todo o ecossistema existente.

Diante do exposto, o que tem funcionado para os ribeirinhos, ou seja, as forças apresentadas pelos entrevistados nessa pesquisa, no que diz respeito a relação sociedade-natureza na APA Ilha do Combú, perpassa inteiramente pela cadeia produtiva do fruto do açaí, ou seja, 100% da produção do açaí ainda é uma atividade familiar, desenvolvida de maneira sustentável com quase nenhuma degradação ambiental, desempenhando funções socioambientais entre os comunitários que utilizam desse recurso para sua sobrevivência. Além disso, percebe-se que diferente do que foi apresentado por Anderson et al. (1992), a economia dos ribeirinhos não está ligada somente com o extrativismo de pequenas produções como venda de outros frutos e animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, pois como foi exposto ao longo do texto, hoje existem outros meios de complementação de renda.

### **Fraqueza: O que não tem funcionado na relação da comunidade com a natureza?**

A APA Ilha do Combú surge como uma alternativa sustentável para a relação sociedade-natureza entre os ribeirinhos, no entanto, na percepção de 80% dos entrevistados nessa pesquisa, o fato da Ilha do Combú ter sido instituída como APA “não mudou muita coisa” na realidade e na gestão dela, como é destacado a seguir:

Entrevista 02: Não melhorou nada, porque tem muita gente vendendo. Na nossa área aqui a gente nunca vendeu que é desde esse igarapé aqui até na boca do Combú é só uma família;

Entrevista 05: Olha pra muita gente mudou, mas pra mim continua a mesma coisa, não vejo nada de diferente;

Entrevista 06: Olha, em questão dela ser uma área de proteção ambiental, nós fomos conselheiros da APA, aí pensa você sendo um conselheiro, levando as nossas situação lá pra dentro e nada ser feito, não tem condições, ela é uma APA e não é.

Segundo os moradores, a gestão não tem sido efetiva, pois existe a falha nas fiscalizações em várias demandas que vem se apresentando na comunidade, tais como esses processos de vendas de terreno por parte de moradores para pessoas de outras localidades. As análises obtidas nessa dissertação também apontam o que foi observado por Rodrigues (2021) ao concluir que a maioria dos ribeirinhos residentes da APA Ilha do Combú conserva a floresta de maneira sustentável, pois é de onde extraem a grande maioria do seu sustento. No entanto, a venda de terrenos, muitas vezes para pessoas de fora da Ilha e que não têm familiaridade com o ambiente de várzea, acarretam problemas de natureza socioambiental, uma vez que a falta de cuidado existente por parte desses novos moradores com o ambiente natural causa impactos negativos, tais como o desmatamento de algumas áreas para o estabelecimento de restaurantes, por exemplo. Teixeira et al. (2015) destacam que essa retirada da vegetação, como exemplo *Aninga (Montrichardia linifera L.)* das margens dos rios, ocasionam mudanças negativas e acarreta ao processo de assoreamento, pois essa vegetação atua como uma barreira natural para conter a erosão (Figura 4B), além disso, essa impede o impacto da força da água e evitam que os sedimentos oriundos dos processos naturais erosivos sejam depositados no leito do rio.

Além disso, os entrevistados nessa pesquisa apontam que o aumento populacional e o

estabelecimento de mais restaurantes na APA Ilha do Combú contribuem para que se tenha uma maior produção de resíduos sólidos. Além de problemas ligados com a poluição sonora, principalmente nos finais de semana, em consequência das festas e a intensa movimentação turística na Ilha, a ausência de fiscalização é um fator determinante para que esses problemas sejam intensificados.

Ao longo dos anos surgem questionamentos sobre as interferências que a sociedade faz ao meio ambiente, e a busca por soluções que possam vir a sanar esses impactos ocorridos. Isso acarreta a construção de cenários que trazem consigo discursos ambientais que procuravam o desligamento no que se refere a dependência da sociedade para com a natureza. Alguns desses discursos pautavam-se na total preservação da natureza, no uso racional, no ecodesenvolvimento e/ou no desenvolvimento sustentável. No entanto, algumas alternativas começaram a ser discutidas e pautadas, tais como a criação de áreas que pudessem funcionar como espaços protegidos. Espaços esses que pudessem garantir e conciliar a permanência das populações já ali existentes. Desta forma, surge o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual foi estabelecido através da Lei nº 9.985, de 18 julho de 2000. O SNUC é considerado uma conquista importante da legislação ambiental brasileira, na qual criou diretrizes nas três esferas de governo com a criação, implementação e gestão de espaços protegidos chamados de Unidades de Conservação<sup>4</sup> (UC) (BRASIL, 2000).

Com características específicas, as unidades de conservação integrantes do SNUC se dividem em dois grandes grupos (Art. 7º): “I – Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável” (NASCIMENTO et al., 2020). Composto o segundo grupo está inserido as Área de Proteção Ambiental (APA) que se caracterizam como UC de uso sustentável. Segundo o Art. 15º da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 esclarece que:

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000)

Nesse contexto encontra-se a APA Ilha do Combú estabelecida como Área de Proteção Ambiental através da Lei Estadual nº 6083, de 13 de novembro de 1997. De acordo com Cirilo et al. (2015), a APA Ilha do Combú é composta por terras públicas onde possui populações residentes que utilizam dos recursos naturais ali existentes através da concessão de uso. Os autores ainda apontam que, para as populações ribeirinhas que habitam esse território não perderem o seu direito à concessão, é necessário que sigam normas, como por exemplo, a utilização de maneira racional, sustentável e adequada dos recursos naturais oferecidos.

Segundo Ferreira et al. (2019) a APA Ilha do Combú foi transformada em APA após a observação da “necessidade de conservar os meios biótico e abiótico da ilha”, no entanto o objetivo central de transformar

---

<sup>4</sup> As Unidades de Conservação (UC) são áreas instituídas e geridas pelo poder público Federal, Estadual ou Municipal. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000) são definidas como “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

essa área em uma APA diz respeito “a conter a derrubada predatória das palmeiras de açaí para a retirada do palmito durante o período da entressafra do fruto, que então era a principal atividade econômica da região”.

Um viés que se pode apontar diante do que é observado nessa pesquisa é que a ausência de uma gestão efetiva e fiscalização por parte dos órgãos competentes, tem colocado em dúvida o bom funcionamento da ilha como uma APA para 80% dos ribeirinhos. Em relação a isto, a demanda apresentada por grande parte dos entrevistados diz respeito à venda de terrenos para pessoas que não são “filhos do Combú”. Essas vendas não possuem nenhum tipo de fiscalização, o que vem ocasionando em um significativo aumento populacional, entrando em divergência com o que é disposto no Art. 15º da lei do SNUC ao descrever que a criação dessas APA tem como objetivo disciplinar o processo de ocupação nesses territórios.

Com o exposto, pode-se destacar que o que tem se mostrado como fraqueza, ou seja, não tem funcionado de maneira efetiva na relação sociedade-natureza na Ilha do Combú, é o estabelecimento desse território como Área de Proteção Ambiental, pois na visão de 60% dos entrevistados nessa pesquisa ela não se tem mostrado de maneira efetiva. Uma dessas vertentes está ligada ao desrespeito das normas legislativas por alguns moradores, através da venda de terrenos para pessoas que não são da Ilha, resultando em um aumento populacional que desencadeia em uma série de processos, tais como a transformação da paisagem, maior produção de resíduos sólidos, maior demanda por espaço físico em detrimento da retirada da vegetação, maior erodibilidade das margens do rio, maior poluição sonora, etc.

### **Oportunidades: Quais as principais percepções ao longo dos anos que podem fazer essa relação melhorar?**

Ao serem perguntados sobre as principais percepções e o que poderia ser melhorado na Ilha do Combú, 60% dos entrevistados apontaram questões como fiscalização efetiva pelos órgãos responsáveis pela gestão da unidade, 20% ressaltam a coleta de lixo por parte da prefeitura de Belém, que até a data dessas entrevistas era inexistente nas comunidades, o que desencadeou na queima pelos próprios ribeirinhos de grande maioria dos resíduos gerados nas residências. Contudo, alguns moradores que possuem lanchas ou barcos fazem cotização para o combustível, e depositam o lixo residencial no Porto da Palha em Belém para que de lá possa ser destinado corretamente. Outros 20% apontam questões como, implementação de mais postos de saúde em comunidades mais distantes, como comunidade do Periquitaquara e Furo de São Benedito, pois a APA Ilha Combú possui apenas um único posto de saúde que fica situado no Igarapé Combú.

Dez por cento dos entrevistados relatam questões de percepção e melhorias voltadas a implementação de educação ambiental, pautadas como uma melhor “consciência” de preservação e conservação da Ilha como um todo. Esta parte dos entrevistados relaciona a sensibilização para os cuidados com o ambiente, ressaltando o resgate da cultura, de forma que não se tenha uma perda da identidade local. No entanto, 20% dos entrevistados, os quais são extrativistas de açaí, disseram que não se faz necessário nenhum tipo de melhoria na Ilha do Combú, pois a mesma, segundo eles, encontra-se em estado satisfatório para suas necessidades e bem-estar. A seguir, destaca-se os relatos de alguns dos entrevistados:

Entrevista 01: Acho que podia melhorar essa questão da coleta de lixo, aqui o próprio

morador leva o lixo seu até Belém ou então queima no quintal. Aqui a associação da Ilha quer contratar uma empresa para a coleta, mas tem um custo alto e nem todo mundo tem condição de pagar, aqui eu tenho uma produção grande de lixo por conta do restaurante e então de dois em dois dias eu levo para Belém, e quando chega lá ainda tem que pagar uma pessoa para pegar o lixo e levar para o descarte, as vezes quando tem muito lixo eu levo todo dia, e isso é um custo alto porque tem o gasto com combustível para a lancha;

Entrevista 02: Eu acho que se proibisse mais, tivesse uma fiscalização pra evitar vendas seria bom, porque vem muita gente pra cá, pra cá pra dentro, falar assim né, mas tem gente que eu não conheço e não da gente confiar né. Antes eu conhecia todo mundo, chamava de tio para todo mundo, agora não conheço, a gente não pode nem chamar porque não sabe quem é;

Entrevista 03: Olha, aqui não tem o que fazer para melhorar;

Entrevista 07: assim, eu acho que poderia ter uma fiscalização primeiramente, para diminuir esse fluxo de lancha com essa alta velocidade porque destrói muito, que viesse uma fiscalização para tentar amenizar essa entrada descontrolada porque tem pessoas que entram aqui e tu não sabe nem de onde vem;

Entrevista 09: Isso eu não sei nem explicar, olha porque a escola tem, pra mim eu acho que deveria ter um posto de saúde aqui por perto, porque eu acho assim né, porque como a gente lutou muito aí a gente criou isso aqui;

Entrevista 10: Eu acho que a questão das pessoas terem uma consciência da preservação, da conservação do local, procurar resgatar a cultura que a gente tinha, porque se não tiver esse resgate esses que vem não vão mais conhecer mais a nossa identidade que está se perdendo e parte já se perdeu. E:09: Pra mim não tem nada que melhorar. O Combú é uma terra rica, se você desce num igarapé que é braço de outro você pega camarão e pega peixe.

O tema sobre melhorias na APA Ilha do Combú divide opiniões entre os comunitários que acreditam e apontam a necessidade de um olhar e ações que possam a vir beneficiar o ecossistema como um todo, e aqueles que acreditam que a Ilha em sua totalidade, oferece o suficiente para suas necessidades, sem a precisão de implementação de melhorias. No entanto, essa pesquisa leva a uma reflexão que se configura na necessidade de estabelecer políticas e ações que possam se somar em uma relação sociedade-natureza de maneira mais sustentável e efetiva.

Partindo dessa perspectiva, e analisando as principais percepções que remetem na construção sociedade e natureza na APA Ilha do Combú ao longo dos anos, e os principais problemas enfrentados pelos ribeirinhos, é possível indicar como oportunidades para se ter uma boa relação sociedade-natureza ações de políticas públicas voltadas para uma gestão adequada. Além disso, ações de fiscalização da velocidade com que as lanchas se deslocam perto das margens, vistoria e ordenamento das construções, demarcação das áreas indicando que se trata de uma APA, e com isso a necessidade de uma maior sensibilização com ambiente, coleta seletiva de resíduos sólidos, ações voltadas para a promoção de educação ambiental que contemplem não somente os moradores, mas se estenda aos turistas que frequentam a APA, para que assim se tenha uma gestão ambiental de qualidade e uma relação sociedade/natureza de maneira mais sustentável.

É possível perceber que ao longo dos anos estão sendo criados valores de uso aos ambientes naturais que compõem mais elementos e possuem uma maior proximidade com os rios, como é o caso da região insular de Belém, onde encontra-se populações ribeirinhas, circulação de barcos e de canoas, trapiches e atividades as quais estão ligadas ao centro interior da economia, caracterizando uma dinâmica regional que se reflete na relação sociedade e natureza (SIQUEIRA et al., 2013). A relação sociedade/natureza na Ilha do

Combú tem se mostrado de maneira sustentável até certo ponto. Em sua pesquisa sobre “o uso de indicadores de sustentabilidade na gestão ambiental de unidades de conservação: estudo de caso da APA Ilha do Combú, Belém-PA”, Rêgo (2013) indicou que a ilha apresentava um médio grau de sustentabilidade, o que se reflete, principalmente, na ausência do Estado ao não promover políticas públicas que pudessem ser instituídas junto aos ribeirinhos.

Diante do exposto, destaca-se o uso sustentável da APA Ilha do Combú frente a implantação de políticas como ações de oportunidades para que se tenha um bom funcionamento e conseqüentemente o melhoramento da relação sociedade-natureza a qual vem sendo cada vez mais ameaçada ao longo dos anos.

### **Ameaças: Quais as principais ameaças que podem impedir uma relação sustentável com a natureza?**

Os resultados apresentados aqui apontam para uma crescente demanda de vendas de alguns terrenos na APA Ilha do Combú, além da chegada de mais habitantes oriundos de outras localidades, e o estabelecimento de mais restaurantes, como já foi mencionado anteriormente. Ao serem perguntados sobre sua percepção em relação as mudanças presentes no Combú nos últimos anos, os ribeirinhos relataram sobre esse aumento:

Entrevista 01: Sim. Antes eram só uns 5 restaurantes, a maioria eram pessoas daqui, agora tem muita gente de fora, não tem fiscalização;

Entrevista 09: Antes quando eu fui embora daqui eu conhecia todo mundo que morava aqui, agora tem gente que eu não conheço. (O Sr acha que isso é bom ou ruim pra ilha?) pra mim é ruim, eu não sei a partir das outras pessoas né, mas pra mim é ruim;

Entrevista 03: Tem muita gente vendendo. Na nossa área aqui a gente nunca vendeu. É assim, meu Pai teve os filhos, os filhos cresceram formaram família e foram fazendo casa, é só a família. Agora do outro lado venderam muito (fazendo referência ao terreno de frente). Aqui do outro lado já tem vila (fazendo referência ao furo de São Benedito) e vão chegando, vão comprando, vão construindo;

Entrevista 04: Sobre isso mudou muito, porque no tempo que eu me criei aqui no Combú só tinha umas 10 casas, e hoje só de filho eu tenho 8 então a família cresceu.

Os entrevistados nessa pesquisa sempre descrevem os mesmos problemas ligados a questão da ocupação territorial na APA Ilha do Combú, e relatam que principalmente os moradores da margem direita do Igarapé Combú são pessoas oriundas de outras localidades, que compram terrenos, construíram casas e/ou restaurantes e posteriormente se mudam para Ilha. Os mesmos entrevistados alegam que, diferentemente dos moradores nativos, essas pessoas não possuem responsabilidade socioambiental com a APA Ilha do Combú.

Os moradores mais antigos afirmam ainda que antes da Ilha se tornar APA, uma grande área que pertencia apenas a um proprietário foi vendida para uma indústria madeireira que posteriormente vendeu para outra indústria, a qual trabalhava com a extração do palmito, mas seu estabelecimento na região não se estendeu por muitos anos porque a indústria abriu falência e posteriormente foi a leilão, sendo arrematada por um homem de nacionalidade estrangeira, cujo nome não souberam informar. Relatam ainda, que posteriormente essa mesma terra foi abandonada e começou a ser habitada por outras pessoas da ilha, até que se tornou APA e todos os moradores receberam os títulos das terras sob a ressalva de não poder



acontecer a ocorrência de vendas para pessoas que não fossem originários da ilha. No entanto, o que se percebe é que o que compete na lei e no disposto acordado não é cumprido, e a venda dos terrenos na APA Ilha do Combú continua de maneira frequente e sem fiscalização.

Já no que diz respeito ao sistema de produção, Anderson et al. (1992) apontaram que no ano de seu estudo as principais atividades econômicas existentes na Ilha do Combú incluíam a colheita do açaí (fruto e palmito), cacau (coleta de sementes), pesca de peixes e camarões, o que representava mais de 90% da economia dos ribeirinhos. Atualmente a economia da Ilha ainda está ligada principalmente ao extrativismo do açaí e do cacau, no entanto a pesca foi relatada como uma atividade voltada para consumo próprio (não para venda), e não sendo praticada toda vez. Além disso, os restaurantes estabelecidos na APA Combú, como uma nova fonte de renda, mostram divisões de opiniões entre os entrevistados nessa pesquisa. Apontam ser um ponto positivo no que diz respeito a geração de emprego e renda para os ribeirinhos, no entanto o tráfego frequente de lanchas para acessar os restaurantes prejudica o ambiente o qual está inserido. A pauta sobre a construção de mais restaurante por pessoas não tradicionais da comunidade ainda causa desconforto aos ribeirinhos:

Entrevista 04: Tem 33 restaurantes. Nós temos restaurante aqui, mas nós somos moradores daqui. Tem muita gente que compra pra montar restaurante com aquela megaestrutura, pra gente que é morador daqui e que não tem condições de fazer, aí pra mim eu acho que não é bom. Porque a gente faz uma coisa mais ribeirinha mesmo.

Virtanen (2020) relatou que foi em 1982 que se estabeleceu o primeiro restaurante na Ilha do Combú, e no momento da realização da entrevista citada acima, em junho de 2021, observou-se a construção de mais dois restaurantes na Comunidade Igarapé Combú, de propriedade de pessoas de fora da comunidade, totalizando 35 restaurantes. Silva e Steward (2020) apontam que dentre as comunidades existentes no Combú, a que apresentou mudanças significativas na paisagem com o estabelecimento de restaurantes foi a comunidade Igarapé Combú, os autores ainda apontam que essa mudança está relacionada com a facilidade ao acesso a essa comunidade.

Então, pode-se destacar que a economia da APA Ilha do Combú é de origem extrativa, mas em função de sua beleza cênica e da proximidade com a região metropolitana de Belém é um atrativo turístico e esta atividade comercial cresceu significativamente. Com isto, o turismo em conjunto ao oferecimento de serviços dos restaurantes gera uma fonte de renda extra para os ribeirinhos. No entanto, essa nova estruturação socioeconômica na ilha causa impactos ambientais decorrentes de degradação da paisagem, pois o fluxo de lanchas para acessar os restaurantes, principalmente nos finais de semana, propicia instabilidade hídrica (maresias) intensificando a erosão nas margens dos rios, principalmente daquelas desprovida de vegetação, conforme constatou Teixeira et al. (2015).

Em 1992, as relações de uso da terra no Combú estavam intimamente ligadas às questões de trabalho, além disso, existia propriedade de uso comum para a extração do PFNM, as terras eram pertencentes a famílias individuais que possuíam através de heranças, compras diretas ou pela posse da mesma, onde não existia um título formal (ANDERSON et al., 1992). No entanto, vale ressaltar que em 1992 a Ilha do Combú ainda não havia sido decretada como uma Área de Proteção Ambiental (APA), isto veio

acontecer em 1997 quando a Ilha se torna uma APA.

Nesse sentido, Thomas et al. (2015) destacaram que o Estado criou esses territórios protegidos, tais como as APA, como parte de uma política fundiária e ambiental. Dentro desse contexto encontram-se as terras de várzea, como é o caso da Ilha do Combú. Para regularizar a posse da terra pelos ribeirinhos, e o uso dos recursos naturais, o Governo criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) através da portaria do INCRA de nº 268 de 23 de outubro de 1996, o qual é proposto ao uso e exploração de áreas que possuem riquezas extrativistas, por meio de desenvolvimento de atividades economicamente viáveis, justa socialmente e ecologicamente sustentável, as quais serão executadas pelas populações residentes, ou que venham a residir nas áreas mencionadas (BRASIL, 1996).

Rodrigues (2021) ressalta que a Ilha do Combú foi um território com cenários de disputas pelo uso e posse da terra, e por se tratar de uma APA e um PAE possui uma gestão sob responsabilidade de instituições governamentais, no entanto não se tem a existência de títulos definitivos de terras e a venda por parte dos residentes não é permitida.

Somando-se a isso, Carvalho et al. (2019) relatam que esses processos erosivos prejudicam os ribeirinhos, pois traz consequências que podem gerar em acidentes, modificação na dinâmica do ecossistema, perda de materiais pesqueiros, além de prejudicar a estruturação das casas estabelecidas às margens do rio.

Dessa maneira, é possível observar que as principais ameaças que impedem uma relação sustentável dos comunitários com a natureza na APA Ilha do Combú diz respeito, principalmente, as demandas que perpassam desde o processo de ocupação da Ilha que ao longo dos anos se transformou em problemas de natureza socioambiental, a falta de fiscalização e uma gestão adequada que pudessem minimizar ou evitar mudanças na paisagem, processos esses que ameaçam o bom funcionamento da relação sociedade-natureza.

## **CONCLUSÕES**

A relação sociedade-natureza na APA Ilha do Combú está constituída a partir de sua integração com o local, uma afinidade construída com o passar dos anos a qual possui valor significativo para as pessoas que ali vivem, além disso, a importância dos recursos naturais e cênicos oferecidos pela Ilha aos moradores pontua-se em uma relação cada vez mais importante com o lugar. Aliás, a configuração familiar continua intimamente ligada aos fatores econômicos, dando ênfase principalmente, para a cadeia produtiva do açaí. Estrutura essa que reflete em uma relação sustentável para com o manejo do açaí.

Passados 30 anos do trabalho de Anderson et al. (1992) pode-se perceber que a relação sociedade-natureza existente na Ilha do Combú ainda se apresenta de maneira sustentável no que diz respeito ao uso e comercialização dos PFNM, no entanto, naquela época, as famílias utilizavam a economia extrativista apenas para sua subsistência e com o passar dos anos esse extrativismo se intensificou ainda mais, principalmente do fruto do açaí que ganhou reconhecimento nacional e hoje é conhecido internacionalmente, e isso fez com que a procura pelo fruto aumentasse e conseqüentemente o

extrativismo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, B. P.. **As relações entre o homem e a natureza e a crise socioambiental**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.

ALMEIDA, S. S.; AMARAL, D. D.; SILVA, A. S. L.. Análise florística e estrutura de florestas de várzea no estuário amazônico. **Acta Amazônica**, v.34, n.4, p.513-524, 2004. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0044-59672004000400005>

ANDERSON, A. B.; IORIS, E. M.. Valuing the rain forest: economic strategies by small-scale forest extractivists in the Amazon estuary. **Human Ecology**, v.20, n.3, p.337-369, 1992. DOI: <http://doi.org/10.1007/BF00889901>

ARAÚJO, C. T. D.; ALVES, L. F. N.. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.10, n.1, p.12-23, 2015.

BRASIL. **Lei n.6.083, de 13 de novembro de 1997**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combú no Município de Belém. 1997.

BRASIL. **Lei n.9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Portaria INCRA n.268 de 23 de outubro de 1996**. Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista (PAE). Brasília: 1996.

CARVALHO, R. C.; ALVES, L. F. N.; CARNEIRO, R. V.. Forest restoration in the floodplains of the Amazon estuary subjected to intensive açai management. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.24, n.2, p.2-22, 2021. DOI: <http://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180269r3vu2021L2AO>

CARVALHO, S. S.; PIMENTEL, M. A. S.; LIMA, A. M. M.. Desafios da Área de Proteção Ambiental em território insular: proposição de planejamento para gestão de recursos hídricos sob a perspectiva dos moradores da ilha do Combú, Belém, Pará. **Brazilian Journal of Environmental Sciences**, n.51, p.62-78, 2019. DOI: <http://doi.org/10.5327/Z2176-947820190446>

CATTANIO, J. H.; ANDERSON, A. B.; CARVALHO, M. S.. Floristic composition and topographic variation in a tidal floodplain forest in the Amazon Estuary. **Brazilian Journal of Botany**, v.25, n.4, p.419-430, 2002. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0100-84042002012000006>

CIRILO, B. B.; ALMEIDA, O. T.; MEDEIROS, S. L. R.. O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v.36, n.1, p.108-120, 2016.

COSTA, S. E.; CASTRO, N. J. C.; SILVA, B. L. A.; SILVA, S. S. S.. Ilha do Combú: realidades e desafios. **Saúde e Meio**

**Ambiente: Revista Interdisciplinar**, v.4, n.2, p.32-48, 2015. DOI: <http://doi.org/10.24302/sma.v4i2.903>

FERNANDES, I. G. M.; FIGUEIREDO, H. M.; COSTA JUNIOR, H. L.; SANCHES, S. G.; BRASIL, A.. Planejamento estratégico: análise SWOT. **Revista Conexão Eletrônica das Faculdades Integradas de Três Lagoas**, Campo Grande, v.12, n.1, p.1-10, 2015.

FERREIRA, M. P. L.; SILVA, G. M.. A produção de açai nos igarapés Combú e Periquitaquara na Ilha do Combú: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.13, n.2, p.230-252, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8717>

GOMES, C. V. A.. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.13, n.1, p.129-146, 2018. DOI: <http://doi.org/10.1590/1981.81222018000100007>

GOMES, V. L. B.; CASTRO, R. S. C.. Trabalho extrativista e condições de vida dos trabalhadores/famílias na Ilha Combú-Pará. **Argumentum**, v.4, n.2, p.208-224, 2012.

JARDIM, M. A. G.; VIEIRA, I. C. G.. Composição florística e estrutura de uma floresta de várzea do estuário amazônico, Ilha do Combú, estado do Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Botânica, v.17, n.2, p.333-354, dez. 2001.

HOFRICHTER, M.. **Análise SWOT: Quando usar e como fazer**. Simplíssimo Livros Ltda, 2021.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R.. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v.17, p.66-76, 2016. DOI: <http://doi.org/10.20435/1518-70122016107>

MOURÃO, A. R. B.; VASCONCELOS, L. M.; UCHÔA, I. C.. Educação do campo e práticas pedagógicas: relações de trabalho em comunidades amazônicas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.15, n.2, p.436-450, 2020.

NASCIMENTO, T. P.; NASCIMENTO, J. R.. Participação social nos processos de criação e gestão da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua-PA, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v.23, n.1, p.129-154, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i1.6570>

OLIVEIRA, M. C. C.; ALMEIDA, J.; SILVA, L. M. S.. Diversificação dos sistemas produtivos familiares: reflexos sobre as relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v.14, n.2, p.61-88, 2016.

PANTOJA, M.; MOTA, M. A.; JARDIM, M. A. G.. Influência da precipitação pluviométrica na regeneração natural em uma floresta ombrófila densa aluvial, Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.12, n.4, p.1302-1309, 2019.

PEREIRA, B.; DIEGUES, A.. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.

**Desenvolvimento e Meio ambiente**, n.22, p.37-50, 2010.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v22i0.16054>

PIMENTEL, M. A. S.; SZLAFSZTEIN, C. F.; MONTERO, P. O.; BATISTA, C. M.. Sustentabilidade dos meios de vida e vulnerabilidade socioambiental: Estudos compartilhados entre Brasil e Cuba. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.22, n.81, p.249-264, 2021. DOI:

<http://doi.org/10.14393/RCG228155616>

RÊGO, M. C.. **O Uso de Indicadores de Sustentabilidade na gestão ambiental de Unidades de Conservação: estudo de caso da APA da Ilha do Combú, Belém/PA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

RIBEIRO, W. C.. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos avançados**, v.24, n.68, p.69-80, 2010. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100008>

RODRIGUES, Á. F. A. C.. Consumo na e da natureza: políticas ambientais e práticas de turismo na ilha do Combú. **Papers do NAEA**, v.1, n.3, 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v28i3.8362>

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M.. A globalização do açaí e sua influência nas práticas agrícolas de camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v.41, n.2, p.228-245, 2021. DOI:

<http://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.732>

SEMAS. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Apresentação APA Ilha do Combú**. SEMAS, 2010.

SILVA, A. A.; STEWARD, A. M.. A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combú, Ilha do Combú-Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.13, n.2, p.208-229, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8716>

SILVA, L. L.. **Ecologia: manejo de áreas silvestres**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Santa Maria, RS (Brasil). Brasília: Fundo Nacional do Meio Ambiente; Santa Maria: Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência, 1996.

SIQUEIRA, R. R.; FISCH, S. T. V.. Adequação do currículo escolar à peculiaridade da população ribeirinha: influência da colheita do açaí na ilha do Combú, Belém, PA. **Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v.8, p.8-23, 2013. DOI: <http://doi.org/10.4136/ambiente.1253>

TAGORE, M. P. B.; MONTEIRO, M. A.; CANTO, O.. A cadeia produtiva do açaí: estudo de caso sobre tipos de manejo e custos de produção em projetos de assentamentos agroextrativistas em Abaetetuba, Pará. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v.8, n.2, p.99-112, 2019.

TEIXEIRA, D. F. F.; SIQUEIRA, B. S.; CATTANIO, J. H.. Importância da aninga (*Montrichardia linifera* L.) na retenção de sedimentos na Baía do Guajará, PA. **Revista de estudos ambientais**, v.16, n.2, p.6-19, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1983-1501.2014v16n2p6-19>

THOMAS, S.; ALMEIDA, O.; PINHEIRO, E. S.. Projeto de assentamento agroextrativista no ordenamento territorial e na gestão dos recursos naturais da várzea Amazônica. **Cadernos de Agroecologia**, v.10, n.3, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; RODRIGUES, C. Á. F. A.. Insularidades ribeirinhas e à beira-rio: expressões da relação sociedade e natureza na Amazônia metropolitana. **Geofronter**, v.6, n.1, 2020.

VIEIRA, L. C.; OLIVEIRA, N. V. C.; BASTOS, T. X.. Os solos do estado do Pará. **Cadernos Paraenses do IDESP**, Belém, 1971.

VIRTANEN, K.. Áreas protegidas e urbanização: o caso da APA da Ilha do Combú, Belém (PA). **Cadernos de Estudos Sociais**, v.35, n.2, 2020. DOI: [http://doi.org/10.33148/DOI:10.33148/CES25954091V35n2\(2020\)1890](http://doi.org/10.33148/DOI:10.33148/CES25954091V35n2(2020)1890)

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.